

A sonegação escondida

ZELOTES A nova operação apura fraude de 19 bilhões de reais. A RBS, afiliada da Globo, teria pago 15 milhões em propina

É PRECISO SEGUIR o dinheiro e dividir a operação em fases para que não nos afoquemos na quantidade de informações e documentos analisados." Em tempos de Lava Jato, a frase poderia muito bem ter saído da boca de um dos investigadores da força-tarefa instalada em Curitiba para apurar o cartel de empreiteiras que agia na Petrobras. Entretanto, a afirmação é do procurador Frederico Paiva, que atua na Operação Zelotes, realizada pela Polícia Federal na quinta-feira 26. A investigação desarticularia uma suposta organização criminosa envolvida na sonegação de 19 bilhões de reais em impostos federais.

O esquema teria atuado entre 2005 e 2015 no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o Carf, órgão ligado ao Ministério da Fazenda, cuja atribuição é julgar em última instância recursos de contribuintes autuados pela Receita Federal. São investigados ao menos 74 processos bilionários impetrados por grandes empresas de diversos setores econômicos. Entre os beneficiários do esquema de sonegação estariam a afiliada da Rede Globo, no Rio Grande do Sul, a RBS, os bancos Bradesco, Safra, Pactual e BankBoston, as montadoras Ford e Mitsubishi, siderúrgicas como a Gerdau, as construtoras Camargo Corrêa, Leão e Leão e Via Dragados, além da TIM, JG Rodrigues, Café Irmãos Júlio e Mun-

dial-Eberle. Uma interceptação telefônica realizada ao longo da investigação resume o esquema criminoso e seus favorecidos. "Aqui no Carf só os pequenos devedores pagam. Os grandes, não."

Segundo Paiva, a partir de 2013, a Polícia Federal passou a receber várias denúncias anônimas sobre a atuação de empresas de consultoria e escritórios de advocacia nos julgamentos do Carf. Com base em diligências preliminares, descobriu-se que ex-conselheiros do órgão figuravam no quadro societário de consultorias contratadas pelas companhias. "A empresa era autuada pela Receita e recorria ao Carf. O grupo tinha acesso a essa informação, procurava os devedores e oferecia essas vantagens indevidas em troca do acesso a conselheiros. Chamou a atenção o fato de essas companhias já



O grupo de Eduardo Cunha teria alterado medida provisória para favorecer a montadora Ford

Grupo RBS





O procurador Frederico Paiva defende fim do sigilo na investigação



O próximo passo é seguir caminho do dinheiro

terem advogados constituídos no órgão. Para que contratar outro?”, pergunta Paiva. Segundo o procurador, assim como as empresas de fachada do doleiro Alberto Youssef eram utilizadas para distribuir o dinheiro das empreiteiras, no caso descoberto pela Zelotes, as consultorias e advogados contratados “tinham como objetivo dar aparência legal ao pagamento de propina” aos conselheiros do Carf.

Embora não comente a investigação por conta do sigilo imposto pelo juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, o procurador afirma que o esquema era sofisticado, com a utilização de empresas de fachada tanto para efetuar o pagamento de propina aos conselheiros quanto para lavar o dinheiro proveniente “das cláusulas de sucesso” assinadas entre as consultorias e empresas. “Estamos rastreando, mas ao que parece o destinatário final recebia em dinheiro vivo.” *CartaCapital* apurou que em alguns casos o pagamento de propina chegava a 10% do valor devido em imposto. É o caso da afiliada da Globo, a RBS. Com débitos de 672 milhões, a empresa de comunicação teria destinado 15 milhões em propina às empresas de fachada para obter uma redução de 150 milhões de reais no débito.

É investigada ainda a ação do Banco Safra na sonegação de 793 milhões de reais. O Santander é citado em negociação referente a 3,3 bilhões de reais em impostos e a Bradesco Seguros aparece como alvo por causa de dívidas na casa de 2,7 bilhões de reais. No caso do Safra, os investigadores apontam João Inácio Puga, integrante do Conselho de Administração, como o negociador da “proposta de vantagem indevida” com integrantes do grupo criminoso. A PF chegou a pedir a prisão de Puga, mas o juiz autorizou apenas a busca e apreensão na sede do banco em São Paulo.

Além das empresas sonegadas, conselheiros e consultorias, a Zelotes inves-

tiga os tentáculos do grupo criminoso com políticos em ao menos dois casos. O primeiro é a atuação do conselheiro Francisco Maurício Rebelo de Albuquerque Silva em processos com indícios de irregularidades. Silva é pai do parlamentar Eduardo da Fonte, líder do Partido Progressista na Câmara dos Deputados. O próprio PP é alvo da investigação. Com um débito tributário de 10,2 milhões de reais no órgão, os investigadores pretendem descobrir se a sigla foi favorecida por Silva ou por outros conselheiros cuja indicação tenha sido feita por parlamentares da legenda. Outro na mira é o presidente da Câmara, o peemedebista Eduardo Cunha. Segundo os investigadores, após perder um recurso em primeira instância no Carf, a Ford reverteria a decisão em segunda instância após um parlamentar ligado a Cunha incluir uma emenda na Medida Provisória nº 510. A mudança alterou os métodos de cobrança de impostos e beneficiou a montadora. Para apurar a possível participação de parlamentares, os investigadores da Zelotes pediram apoio ao gabinete do procurador-geral da República Rodrigo Janot.

Todas as empresas citadas na investigação negam participação no esquema e afirmam não terem sido notificadas pela Justiça Federal. Por sua vez, os investigadores da Zelotes calculam que dos 19 bilhões de reais em tributos aparentemente sonegados é possível comprovar o prejuízo de 5,7 bilhões aos cofres da Receita. Com esses valores, apenas a primeira fase da investigação supera os 4,4 bilhões apontados nas dez fases da Lava Jato. A única dúvida é por qual motivo a investigação de Curitiba domina as manchetes do noticiário nacional, enquanto a sonegação por meio de corrupção de agentes públicos no Carf esconde-se em pequenas notas e pé de página. Seria mais uma prova da indignação seletiva? •

— Por Fabio Serapião

MARCELO CAMARGO/ABR. PAULO WHITAKER/REUTERS/LATINSTOCK. CHARLES SHOLL/FUTURA PRESS E ANDRÉ DUSEK/ISTADÃO CONTEÚDO

